

TEORIA CRÍTICA: FUNDAMENTOS E POSSIBILIDADES PARA PESQUISAS EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

Graciele Tozetto Goes

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Mary Ângela Teixeira Brandalise

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Bruna Mayara Bonatto

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Giane Correia Silva

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Resumo: Este artigo foi desenvolvido a partir de estudos e reflexões acerca dos fundamentos da Teoria Crítica realizados no Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Avaliação (GEPPEA) da UEPG. Caracteriza-se como um ensaio teórico a partir dos seguintes autores: Henry Giroux (1986), Olgária Matos (1993), Joe L. Kincheloe e Peter McLaren (2006), Michael Angrosino (2009), Phil Francis Carspecken (2011) e Hans-George Flickinger (2014), Isabel Franchi Cappelletti (2012), Ana Maria Saul (2015), Almerindo Janela Afonso (2010), dentre outros. O objetivo deste texto é apresentar alguns elementos conceituais da Teoria Crítica – origem, pressupostos e algumas categorias de análise: poder, emancipação, cultura, ideologia e justiça social – e apontar as possibilidades de utilizá-la para o desenvolvimento de pesquisa no âmbito da avaliação educacional. A pesquisa, para os teóricos críticos, opõe-se ao cientificismo e busca a superação da teoria tradicional, de base positivista, propondo para a ciência uma perspectiva crítica de emancipação humana. O estudo realizado revela que os fundamentos da teoria crítica podem possibilitar o desenvolvimento de pesquisas que produzam conhecimentos para compreensão da realidade investigada, com possibilidade de superação e mudanças que dela emergem. As pesquisas qualitativas no âmbito da avaliação educacional, além de produzirem conhecimentos, compartilham pressupostos teóricos que possibilitam a análise crítica da realidade.

Palavras-chave: Teoria Crítica. Pesquisa qualitativa. Pesquisa em avaliação educacional.

CRITICAL THEORY: FOUNDATIONS AND POSSIBILITIES FOR RESEARCH INTO EDUCATIONAL EVALUATION

Abstract: This paper was developed from studies and reflections on the Critical Theory foundations held in the Group of Studies and Research in Education Policy and Evaluation (GEPPEA) of UEPG. It is characterized as a theoretical essay based on the following authors: Henry Giroux (1986), Olgária Matos (1993), Joe L. Kincheloe and Peter McLaren (2006), Michael Angrosino (2009), Phil Francis Carspecken (2011) and Hans-George Flickinger (2014), Isabel Franchi Cappelletti (2012), Ana Maria Saul (2015), and Almerindo Janela Afonso (2010), among others. The purpose of this text is to present some conceptual elements of Critical Theory - origin, assumptions and some categories of analysis: power, empowerment, culture, ideology and social justice - and point out the possibilities of using it for educational evaluation research. Research, to critical theorists, is opposed to scientificism and seeks to overcome the traditional

theory of positivist basis, proposing to science a critical perspective of human emancipation. This study reveals that the foundations of critical theory can help develop research to produce knowledge in order to understand the reality investigated, with the possibility of overcoming and changing it through what emerges from it. Besides producing knowledge, qualitative research into educational evaluation holds theoretical assumptions that may provide the critical analysis of reality.

Keywords: Critical Theory. Qualitative research. Research into educational evaluation.

Introdução

A Teoria Crítica é decorrente da perspectiva marxista e foi sistematizada pelos representantes da Escola de Frankfurt: Jürgen Habermas, Herbert Marcuse, Max Horkheimer e Theodor Adorno. Uma das mais importantes contribuições da Teoria Crítica consiste no diagnóstico do tempo presente, capaz de demonstrar os obstáculos e as possibilidades para a emancipação humana. Neste artigo, apresenta-se uma sucinta exposição da origem e dos principais pressupostos da Teoria Crítica, bem como as possibilidades de desenvolvimento de pesquisas qualitativas no âmbito da avaliação em educação nela fundamentadas.

A partir dos estudos realizados no Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Avaliação (GEPPEA) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), constatou-se a complexidade dos pressupostos da Teoria Crítica e sua compreensão pelos pesquisadores iniciantes na Pós-Graduação, o que motivou a elaboração deste ensaio teórico.

O texto está organizado em três partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira parte trata de maneira sucinta da origem, dos principais pensadores e dos pressupostos da Teoria Crítica. A segunda apresenta algumas categorias de análise consideradas fundamentais à Teoria Crítica conforme o diálogo estabelecido com os autores. Na terceira parte, aponta-se a contribuição da Teoria Crítica quando utilizada como fundamentação em pesquisas qualitativas em avaliação educacional.

Principais pressupostos da Teoria Crítica

A denominação “Teoria Crítica” é muito empregada, mas nem sempre de forma adequada. Decorrente da perspectiva marxista¹, o pensamento expresso pela Teoria Crítica foi sistematizado pelos teóricos da Escola de Frankfurt: Jürgen Habermas, Herbert Marcuse, Max Horkheimer e Theodor Adorno, com o propósito de “[...] repensar e reconstruir o significado de emancipação humana” (GIROUX, 1986, p. 21).

A Escola de Frankfurt foi formada por um grupo de intelectuais marxistas não ortodoxos, alemães, ligados ao *Institute of Social Research*

(Instituto de Pesquisas Sociais), criado em 1923 na Universidade de Frankfurt. No início, Max Horkheimer, Theodor Adorno e Herbert Marcuse desenvolveram pesquisas e intervenções teóricas sobre o pensamento filosófico, social, cultural, estético, de tradição germânica, especialmente em relação a Marx, Kant, Hegel e Weber (GIROUX, 1986; MATOS, 1993; KINCHILOE; MCLAREN, 2006).

Max Horkheimer, na coordenação do Instituto no período de 1930 a 1967, desencadeou modificações em relação à principal preocupação da Escola que era a “[...] análise da sub-estrutura sócio-econômica”, para o interesse a superestrutura cultural (GIROUX, 1986, p. 24). Ele assumiu um propósito claro, ao propor o desenvolvimento de uma teoria social para a interpretação da complexidade das mudanças políticas e econômicas do início do século XX. Seus membros articularam-se para entender (e explicar) a sociedade moderna de massas e industrial, em meio à expansão dos governos totalitários na Europa.

Nessa perspectiva, suas pesquisas debruçavam-se sobre as questões que divergiam da promoção da liberdade e da igualdade (MATOS, 1993).

A Escola de Frankfurt toma como um dos seus valores centrais um compromisso de penetrar o mundo das aparências objetivas para expor as relações sociais subjacentes que frequentemente iludem. Em outras palavras, penetrar tais aparências significa expor, através de uma análise crítica, as relações sociais que tomaram o ‘status’ de coisas ou objetos. (GIROUX, 1986, p. 22, grifo do autor).

O posicionamento dos teóricos da Escola de Frankfurt, cuja sensibilidade política era influenciada pela devastação da Primeira Grande Guerra e pelo pós-guerra com sua depressão econômica – marcada pela inflação, desemprego, greves e protestos que irromperam na Alemanha e na Europa Central –, revelou que o mundo necessitava urgentemente de uma reinterpretação (KINCHILOE; MCLAREN, 2006).

Dessa forma, a escola de Frankfurt contribui teoricamente para desvelar questões sociais que emergem da sociedade atual. Dentre outras temáticas emergentes do processo de desenvolvimento do capitalismo, os teóricos que integravam o Instituto de Pesquisas Sociais se ocuparam com a multiplicação dos meios de comunicação; o esgotamento da autonomia da cultura em relação à economia; as relações sociais e de trabalho. Assim sendo, a diversidade de temas em debate foi uma das características dos integrantes do Instituto, relacionados à análise dos contextos históricos, tendo como mediadores as relações de dominação e de subordinação e enfatizando a importância do pensamento crítico.

Em decorrência da Segunda Guerra Mundial, e pelo posicionamento teórico político da escola de base marxista formada por judeus, houve a necessidade de transferência da Escola de Frankfurt para os Estados Unidos

(EUA) em 1933. Enquanto estavam nos EUA, Horkheimer, Adorno e Marcuse produziram seu melhor trabalho, inspirado nas contradições entre a progressiva retórica americana da igualdade e a realidade da discriminação racial e de classe presente na sociedade. Em 1953, Horkheimer e Adorno retornaram à Alemanha e Herbert Marcuse permaneceu nos Estados Unidos, pois encontrou aceitação para seu trabalho na teoria social e foi reconhecido como o filósofo do movimento estudantil. Muitos intelectuais nos anos de 1960 voltaram-se à Teoria Crítica, pois viram nessa teoria uma forma de se opor, com seus trabalhos, àquelas formas de poder vigente.

Apropriando-se da abordagem humanística do ato de pesquisar, os teóricos críticos opõem-se ao cientificismo da ‘objetificação’ que valoriza, acima de tudo, o método. Para eles, o conhecimento da realidade é decorrente do processo histórico sempre em transformação e sensível ao contexto e aos valores do pesquisador (KINCHILOE; MCLAREN, 2006). Nesse sentido, a Teoria Crítica supera a teoria positivista, tradicional, propondo para a ciência uma perspectiva crítica de emancipação humana. A esse respeito, Silva e Sánchez Gamboa (2014) complementam que:

A pesquisa científica não é, portanto, uma atividade neutra, realizada ao acaso e movida pela curiosidade imparcial do pesquisador. Ela é, sim, de fato, influenciada pelo contexto social mais amplo como, por exemplo, as condições sociopolíticas e econômicas de determinada sociedade, por contextos mais específicos (relacionados à estrutura interna do curso ou instituição na qual é desenvolvida) e pelo próprio pesquisador, com seu sistema de valores, crenças etc. (SILVA; SÁNCHEZ GAMBOA, 2014, p. 50).

Ainda que com forte base marxista, a Teoria Crítica não leva em conta de forma tão radical a luta de classes e o determinismo da estrutura econômica. De acordo com os teóricos críticos, “[...] a crítica à economia política é insuficiente para compreender as possibilidades das transformações sociais, políticas e subjetivas” (MATOS, 1993, p. 39). Assumindo tal postura, esses teóricos dispõem-se a realizar uma crítica radical ao tempo presente. Portanto, na perspectiva criticista, pressupõe-se que vivemos em um mundo onde a instrumentalização das coisas acaba causando, também, a instrumentalização dos indivíduos (consciência coisificadaⁱⁱ).

Apesar da notável contribuição da Escola de Frankfurt para a ciência, Kincheloe e McLaren (2006, p. 282) indicam três motivos da dificuldade em determinar o que é, precisamente, a Teoria Crítica: “a) há inúmeras teorias críticas, e não apenas uma; b) uma tradição crítica está sempre mudando e evoluindo; e c) a teoria crítica tende a evitar a especificidade excessiva, pois há espaço para discordâncias entre teóricos críticos”.

No entanto, o ponto de convergência das diferentes vertentes da Teoria Crítica encontra-se na aversão à racionalidade técnica instrumental.

Os criticistas advertem que a racionalidade instrumental “[...] geralmente separa o fato do valor em sua obsessão pelo método ‘apropriado’, perdendo, no processo, uma compreensão das escolhas de valor sempre envolvidas na produção dos assim chamados fatos” (KINCHELOE; MCLAREN, 2006, p. 284, grifo dos autores). Nessa perspectiva, Matos (1993) esclarece que:

Fez-se necessário à Teoria Crítica caminhar para a crítica da civilização técnica, uma vez que técnica no domínio da natureza e técnica na tomada do poder, no mundo atual, se conjugam. O pragmatismo e a ‘ação eficiente’ vêm tomando o lugar do pensamento e da reflexão. A empiria — a ação imediata não-reflexiva — quer corrigir seus desacertos pelo uso da violência e do terror. Ela supõe seres obedientes. Para os frankfurtianos, porém, pensar é o contrário de obedecer. (MATOS, 1993, p. 39, grifo da autora).

Nessa perspectiva, para entender a Teoria Crítica, é preciso compreender as relações entre o particular e o todo e entre o específico e o universal que existem na sociedade. Tal posicionamento diferencia-se totalmente da perspectiva positivista na qual a teoria é uma questão de ordenar e classificar os fatos. Ao rejeitar a ideia de considerar os fatos de forma absoluta, a Escola de Frankfurt argumenta que, na relação entre teoria e sociedade, existem mediações que dão significado à natureza que constitui os fatos e também à natureza e à substância do discurso teórico (GIROUX, 1986).

Outro elemento constitutivo da Teoria Crítica contrapõe-se à neutralidade enfatizada pelo positivismo. Isso corresponde ao reconhecimento dos interesses e dos valores ao refletir-se criticamente sobre o desenvolvimento histórico, bem como da gênese desses interesses e suas limitações em certos contextos históricos e sociais. Ou seja, a correção metodológica não é garantia da verdade (MELO, 2011).

A função ‘desmascaradora’ da teoria e a força propulsora dessa função encontram-se na crítica imanente e no pensamento dialético. A crítica imanente “[...] é a afirmação da diferença, a recusa em identificar aparência e essência, a disposição de analisar o objeto social em função de suas possibilidades” (GIROUX, 1986, p. 33-34). O pensamento dialético, segundo esse mesmo autor, refere-se à crítica e à reconstrução teórica. Como modo de crítica, revela valores que são muitas vezes negados quando se analisa determinado objeto social. Nesse sentido, a noção de dialética é importante porque revela a incompletude, o que é em termos do que não é e das potencialidades ainda não realizadas. Como modo de reconstrução teórica:

O pensamento dialético revela o poder da atividade humana e do conhecimento humano tanto como produto quanto como uma força na determinação da realidade social. [...] não para proclamar que os seres humanos dão sentido ao mundo. Ao invés disso, enquanto uma forma de crítica, o pensamento dialético argumenta que há uma ligação entre conhecimento, poder e dominação. (GIROUX, 1986, p. 34-35).

Insistindo na primazia do conhecimento teórico no campo das pesquisas empíricas, a Teoria Crítica enfatiza os limites da noção positivista de experiência, a qual poderia ser replicada por outro pesquisador. Ela defende, portanto, que toda teoria e prática estão inter-relacionadas, constituindo uma *práxis*. Horkheimer (1991), em *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*, considera que a *práxis* é a prática incorporada de teoria e se refere a toda e qualquer prática social. A *práxis*, segundo os autores, é uma ou a principal categoria na Teoria Crítica.

Horkheimer lembra que a teoria crítica aspira a transformação revolucionária da sociedade, ao contrário da teoria tradicional, que visa manter o estado atual das coisas. Desse modo, os intelectuais que assumem verdadeiramente a teoria crítica não podem contentar-se com uma posição meramente compreensiva, contemplativa da prática social. [...]. É importante destacar uma diferença essencial entre a teoria tradicional e a teoria crítica, no que diz respeito a sua relação com a prática, que tem muito a ver com o papel que a intelectualidade que se pretende ligada à transformação das condições sociais desempenha hoje. A teoria tradicional, na qual o nexos com a objetividade é negado, tem como critério de legitimidade a produtividade, a possibilidade da aplicação imediata, que resulte em maior eficiência, menos tempo gasto na produção de mercadorias. A teoria crítica não tem essa aspiração. Pensar que a teoria crítica pode ser aplicada com esses mesmos critérios seria pensar de uma forma não crítica, tradicional. (VIEGAS, 2002, p. 461-462).

Considerando a complexidade inerente aos pressupostos da Teoria Crítica evidenciada por seus precursores, Kincheloe e McLaren (2006, p. 292) compreendem que o pesquisador fundamentado nessa teoria aceita certas suposições básicas da abordagem crítica.

[...] de que todo pensamento é fundamentalmente mediado pelas relações de poder estabelecidas social e historicamente; de que os fatos nunca podem ser isolados do domínio de valores ou removidos de alguma forma de inscrição ideológica; de que a relação entre conceito e objeto e entre significante e significado nunca é estável ou fixa, sendo geralmente mediada pelas relações sociais da produção e do consumo capitalistas; de que a linguagem é central para a formação da subjetividade [...]; de que, em qualquer sociedade, certos grupos são privilegiados em relação a outros [...]; de que a opressão tem muitas faces, e de que o foco sobre apenas uma delas à custa das demais [...] muitas vezes elide as interconexões existentes entre elas; e, finalmente, a de que as práticas predominantes de pesquisa geralmente estão implicadas na reprodução dos sistemas de opressão de classe, de raça e de gênero [...]. (KINCHELOE; MCLAREN, 2006, p. 292-293).

A breve abordagem acerca da gênese e dos principais pressupostos da Teoria Crítica evidencia a relevância dessa abordagem teórica para a pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais para análise de questões contemporâneas presentes na sociedade. Apesar dos diferentes modelos críticos correspondentes aos teóricos precursores dessa teoria (Jürgen Habermas, Herbert Marcuse, Max Horkheimer e Theodor Adorno), há

consenso no que diz respeito a um novo modo de observar e de refletir a realidade e o agir humano da nossa sociedade. Tal vertente teórica, portanto, constitui-se como um método em potencial para o desenvolvimento de pesquisas em várias áreas do conhecimento, dentre elas a da Educação.

Para além do exposto, levando em consideração o vasto campo de análise que a Teoria Crítica abrange, no próximo tópico abordam-se algumas de suas principais categorias de análise.

Teoria Crítica: algumas categorias de análise

Conforme exposto anteriormente, a Teoria Crítica preocupa-se (e ocupa-se) com questões relacionadas à apropriação do poder e da justiça em nossa sociedade. Nesse sentido, busca-se compreender como se constitui o sistema social levando em consideração diversas relações: da economia, da política, das questões raciais, de gênero, das ideologias, da educação, da religião, das dinâmicas culturais, entre outras.

A partir dos estudos e das discussões realizadas no grupo de estudos, elencaram-se algumas categorias de análise da Teoria Crítica, além da práxisⁱⁱⁱ: o poder, a emancipação, a cultura, a ideologia e a justiça social. Elas foram eleitas para exposição mais detalhada neste texto devido à frequente importância conferida pelos autores tomados como referência. No entanto, cabe destacar que as categorias aqui abordadas não caracterizam a totalidade das que podem ser utilizadas em pesquisas realizadas pela perspectiva crítica.

▪ **Poder**

Na ótica da Teoria Crítica, há consenso entre os teóricos de que “[...] o poder é um componente básico da existência humana que trabalha para moldar a natureza opressiva e produtiva da tradição humana” (KINCHELOE; MCLAREN, 2006, p. 285). Para os criticistas, todos somos poderosos e todos somos sem-poder, da mesma forma como todos temos habilidades e somos limitados quanto ao uso delas. Nesse contexto, os criticistas investigam a sociedade, identificando os interesses dos grupos e dos indivíduos por meio do poder, evidenciando quem ganha e quem perde em determinadas situações. Assim sendo, o poder tem múltiplas facetas, pode assumir diferentes formas, por isso se torna extremamente ambíguo.

Kincheloe e McLaren (2006), ao citarem o renomado pensador Antonio Gramsci^{iv}, indicam que o poder dominante não é exercido apenas pela força física, mas também pela força social-psicológica na tentativa de conseguir consentimento à dominação das pessoas por meio da mídia, da

escola, da família e da igreja. Assim sendo, o conceito de poder não se dissocia da concepção de hegemonia, de emancipação, de cultura e de ideologia. Na forma como se organiza nossa sociedade, pelo antagonismo entre classes sociais, a ideologia é um instrumento do poder. Geralmente, a classe social que detém o poder utiliza-se da ideologia para legitimá-lo, para manter a subordinação dos sujeitos aos seus interesses (MATOS, 1993).

Diretamente vinculada à dinâmica do poder, a ideologia corresponde às ideias difundidas à massa – por meio da mídia, dos programas governamentais, das políticas públicas, entre outros – como representações do real, direcionando o prestígio por determinadas concepções e visões do mundo, correspondendo aos interesses da classe dominante (MATOS, 1993). Ainda de acordo com a autora, a ideologia relaciona-se diretamente à possibilidade de emancipação, uma vez que ofusca o entendimento das condições reais da existência social, assim como da consciência da exploração e da dominação.

Nessa perspectiva, Kincheloe e McLaren (2006) descrevem a hegemonia em Gramsci como um consenso acerca da realidade compartilhada pela sociedade e que geralmente é apropriado como incontestável. Ou seja, corresponde a “[...] um conjunto de relações sociais que são legitimadas por sua representação como natural e inevitável” (KINCHELOE; MCLAREN, 2006, p. 285). O campo de atuação da hegemonia é vasto e compreende todas as relações sociais. A ideologia exerce um importante papel na sociedade, pois é ela que dissemina e mantém os consensos a respeito da realidade. Dessa forma, os diversos meios de comunicação atuam na medida em que veiculam a ideologia condizente com os interesses das classes dominantes, produzindo e reproduzindo a opressão social.

A Teoria Crítica reconhece a complexidade do exercício do poder na sociedade, por esse motivo preocupa-se com uma análise que compreenda sua dinâmica, seus limites e suas possibilidades.

▪ **Emancipação**

Divergindo da concepção marxiana^v, a qual postula que a emancipação humana será uma possibilidade histórica somente com a superação do sistema econômico capitalista, os criticistas estão convictos de que há condições materiais para que a emancipação seja alcançada pelos sujeitos na sociabilidade posta. A emancipação, na perspectiva crítica, é a capacidade que o sujeito possui para compreender sua realidade, para desenvolver a consciência acerca das condições em que se dão as relações sociais e, assim, superar a ideologia predominante na cultura e intervir na sua realidade, possibilitando a diminuição da desigualdade social.

De acordo com Melo (2011, p. 249), uma das características da Teoria Crítica é a busca pela compreensão das “condições emancipatórias socialmente existentes”, pelo diagnóstico e análise sobre as possibilidades e os obstáculos para a emancipação. Logo, a referida teoria considera que tais obstáculos e questões estão presentes na própria sociedade.

Partindo de tal consideração, Melo (2011) destaca dois princípios fundamentais da Teoria Crítica: a orientação para a emancipação e o comportamento crítico. O primeiro significa não se separar do objeto sobre o qual estuda, tampouco manter uma postura desinteressada e neutra. “O olhar do observador está inserido no próprio objeto estudado, e, com consciência do lugar que nela ocupa, a teoria lida de forma reflexiva com os próprios contextos em que é formulada e aplicada” (MELO, 2011, p. 252). O segundo princípio está vinculado à afirmativa de que se a emancipação não pode derivar de meras ideias – como, por exemplo, ideais de condições de justiça e igualdade -, a teoria necessita apresentá-la como uma possibilidade real. Caso isso não seja possível, a teoria poderá analisar criticamente quais os obstáculos presentes à emancipação, bem como suas respectivas causas.

Kincheloe e McLaren (2006), ao discutirem sobre a emancipação na Teoria Crítica, indicam que aqueles que buscam a emancipação pensam em estratégias de ganhar o poder para controlar suas próprias vidas em uma perspectiva solidária e com uma comunidade pautada pela justiça. Nessa direção, os autores assinalam que a pesquisa crítica procura trazer à tona as forças que impedem os indivíduos ou grupos de estruturarem algumas decisões que influenciam suas vidas.

▪ **Cultura**

A Teoria Crítica rejeita a noção de cultura proposta pelas análises sociológicas tradicionais, bem como pela teoria marxista ortodoxa^{vi}. Adorno e Horkheimer desenvolveram outra visão, atribuindo à cultura um papel chave na criação da experiência histórica e da vida cotidiana. A concepção tradicional de cultura negligencia o papel da ideologia nos conflitos sociais, já o marxismo reduz a cultura a um mero reflexo da esfera econômica.

Na perspectiva da Escola de Frankfurt, o papel da cultura na sociedade ocidental modificou-se e passou a ter lugar central na produção e na transformação da experiência histórica. A esse respeito, Giroux (1986, p. 41) afirma que “[...] a objetificação da cultura não resultou simplesmente da repressão de elementos críticos em sua forma e conteúdo; essa objetificação também representava a negação do próprio pensamento crítico”. Essa análise considera que, ao tornar todo bem cultural como objeto de consumo, tem-se

como resultado um processo de alienação, portanto, de negação do pensamento crítico.

Assim sendo, a cultura transforma-se em uma indústria que produz bens e também legitima a lógica do capital e de suas instituições. Nessa direção é que Adorno e Horkheimer (1940) criam a expressão “indústria cultural”^{vii}. Eles desmontam a ideia de ‘eu’ e a crença de que a cultura surge espontaneamente do coletivo, também para afirmar que os determinantes econômicos e políticos controlam a esfera cultural com o objetivo de dominação social e política. Assim, acaba-se reduzindo a cultura à diversão, em oposição ao trabalho.

A cultura popular, com sua televisão, sua música, sua dança, seus filmes, seus videogames, seus computadores e outras produções desempenha um papel cada vez mais importante na pesquisa crítica sobre o poder e a dominação. Os estudos culturais, é claro, ocupam um papel em ampla expansão nesse contexto, pois examinam não apenas a cultura popular, mas as regras tácitas que orientam a produção cultural. (KINCHELOE; MCLAREN, 2006, p. 286).

Os autores explicam o desenvolvimento da mídia em massa, no início do novo milênio, como aquela que inaugurou uma nova dinâmica de operação da cultura. Consequentemente, ocorreram mudanças na configuração da dominação cultural que passou a se apropriar de novas formas de cultura que mascara a realidade. Essa capacidade dos meios de comunicação de massa em dificultar ao sujeito a cisão entre o real e o simulado é denominada hiper-realidade.

A hiper-estimulação do sujeito, por meio de informações que se apresentam nas variadas formas e de todos para todos os lugares do planeta, gera uma defasagem na percepção do espaço, dos lugares, de si mesmo e da coletividade. Por exercer tal efeito, “[...] a produção cultural muitas vezes pode ser imaginada como uma forma de educação, pois gera conhecimento, influencia valores e constrói a identidade” (KINCHELOE; MCLAREN, 2006, p. 286).

Por meio da perspectiva exposta, pode-se afirmar que a cultura é abordada como categoria de análise pelos teóricos críticos pela possibilidade de elucidar a dinâmica da opressão e da dominação presentes na nossa sociedade. Tal tarefa é fundamental para refletir sobre a possibilidade de uma sociedade em que a democracia promova a justiça e a igualdade social.

▪ ***Ideologia***

Os teóricos críticos afirmam que a formação da hegemonia é intrínseca à produção da ideologia. Os pesquisadores Kincheloe e McLaren (2006) utilizam o termo “propaganda” com a intenção de mostrar o modo

como a mídia, as produções políticas, educacionais e socioculturais manipulam os cidadãos para que reproduzam relações sociais opressivas. No entanto, a Teoria Crítica rejeita esta concepção simplista de que a propaganda manipula os sujeitos, pois assim eles são considerados passivos na dinâmica social.

Os criticistas atuam com atenção no ambiente da ideologia hegemônica, pois, por meio das práticas e dos discursos, acredita-se que haja um direcionamento do nosso entendimento acerca da realidade. Logo, orienta-se cautela no emprego da terminologia 'ideologia hegemônica'.

Ao abordarem a ideologia em seus estudos, os pesquisadores críticos entendem que a disputa entre diferentes classes, grupos, etnias e gênero juntam diferentes visões, interesses e pautas com uma abundância de eventos que fazem parte do domínio das lutas ideológicas. A ideologia é formada por elementos que proporcionam a "verdade" e a "inverdade" em um dinamismo de oposição e integração. Para além do exposto, a ideologia ainda

[...] contém um momento positivo e um momento negativo, cada um determinado em parte, pelo grau em que promove ou distorce o pensamento reflexivo e a ação. Como distorção, a ideologia se torna hegemônica; como uma clarificação, ela contém os elementos de flexibilidade e os fundamentos para a ação social. (GIROUX, 1986, p. 95).

Segundo Kincheloe e McLaren (2006, p. 285, grifo dos autores), a hegemonia é compreendida como "[...] o maior esforço dos poderosos para ganhar o consentimento de seus 'subordinados', então a hegemonia ideológica envolve as formas culturais, os significados, os rituais e as representações que produzem consentimento para o *status quo* e os lugares específicos dos indivíduos dentro deste.

Flickinger (2014, p. 31) menciona, em seu estudo, o conceito de ideologia a partir de três critérios: "[...] a fé na validade das premissas escolhidas de uma posição teórica; a cegueira referente ao enraizamento das premissas no *status quo* da sociedade e a pretensão normativa da teoria mesmo diante de experiências opostas". Já, de acordo com Carspecken (2011), a ideologia é uma crença de prestígio na sociedade, ou por parte dela. Poderia haver críticas em relação às intenções básicas dessas crenças caso fossem mencionadas e abertas à discussão. Assim sendo, o poder ideológico dificulta o julgamento, pois, ao definir certas normas e crenças como melhores, em relação às demais existentes, não se permite seu questionamento e qualquer posicionamento adverso é visto negativamente e, conseqüentemente, é marginalizado.

Orienta-se que a ideologia e sua relação dinâmica com a hegemonia sejam apropriadas pelos teóricos críticos cientes de sua complexidade. É

necessário o cuidado de reconhecer que a visão e a interpretação da realidade, seja o sujeito pesquisador ou não, são influenciadas pelas práticas e pelos discursos ideológicos dominantes.

▪ ***Justiça social***

A Teoria Crítica apresenta-se como um meio de reflexão acerca da realidade social que se direciona para uma possibilidade de ampliar a democracia e diminuir as desigualdades sociais. Essa teoria embasa pesquisas em que o objetivo é apresentar um diagnóstico e/ou um prognóstico da realidade, com vistas às suas possibilidades e aos seus limites. Dessa forma, constitui-se como uma importante ferramenta na luta pela justiça social (MELO, 2011).

Os criticistas acreditam que suas pesquisas tentam apreender a relação mútua entre os problemas individuais (cotidianos) e os problemas públicos (universais, como por exemplo, poder, justiça, entre outros), que atreladas à análise cultural ressignificam a realidade pela desconstrução de textos socioculturais (KINCHELOE; MCLAREN, 2006).

Nessa perspectiva, a Teoria Crítica aborda os questionamentos a respeito das desigualdades promovidas pelas relações e estruturas sociais com a intenção de propiciar a emancipação em sua pluralidade. Para tal ambição, é necessário partir do “ponto de vista privilegiado”, que não é mais atribuído ao proletariado, mas sim à “postura crítica da teoria”. Somente dessa forma “[...] seria possível diagnosticar a sociedade contemporânea” (MELO, 2011, p. 253). É importante, neste momento, destacar o caráter político da pesquisa crítica. Ao contrário dos pressupostos teóricos tradicionais, a Teoria Crítica não admite a neutralidade do pesquisador; ao contrário, é comum identificar na pesquisa o posicionamento dele.

A Teoria Crítica busca a justiça social pela sua atribuição de empoderar e ressignificar a realidade. Com o posicionamento crítico do pesquisador.

A melhor maneira de entendermos a pesquisa crítica é no contexto da capacitação dos indivíduos. A investigação que aspira ao nome *crítica* deve estar vinculada a uma tentativa de confrontar a injustiça de uma determinada sociedade ou esfera pública dentro da sociedade. A pesquisa torna-se, portanto, um esforço transformativo que não se incomoda com o rótulo *político* e nem tem medo de consumir uma relação com a consciência emancipatória. Enquanto que os pesquisadores tradicionais mantêm-se fiéis à idéia da neutralidade, os pesquisadores críticos com frequência declaram seu partidário na luta por um mundo melhor. Os pesquisadores tradicionais vêem sua tarefa como descrição, a interpretação ou a reanimação de uma fatia da realidade, ao passo que os pesquisadores críticos normalmente consideram seu trabalho como um primeiro passo em direção a formas

de ação política que possam reparar as injustiças encontradas no campo ou construídas no próprio ato da pesquisa. (KINCHELOE; MCLAREN, 2006, p. 293).

Da argumentação dos autores, depreende-se que a justiça social consiste no horizonte político das pesquisas embasadas pela Teoria Crítica. E, para ser promovida, exige que o pesquisador abandone a neutralidade científica para substituí-la por um posicionamento político. Dessa forma, o resultado encontrado por meio da análise da realidade pela perspectiva crítica não será somente a injustiça social, mas ele é acrescido com a possibilidade de orientar ações para enfrentar tal realidade.

Apesar da abordagem individualizada de algumas das categorias de análise da Teoria Crítica neste texto, percebe-se que tais categorias são co-dependentes para compreensão da realidade social. Dessa forma, para que a posição do pesquisador seja inteligível, torna-se necessário ter o cuidado de levar em consideração a dinâmica complexa entre as categorias de análise ao eleger os pressupostos da Teoria Crítica para seus estudos e pesquisas. Sem esse cuidado, há possibilidade de produzir deturpações e/ou estar simplificando a realidade social. Avançando essa discussão, na próxima sessão, expõem-se alguns apontamentos a respeito da apropriação da Teoria Crítica pelos pesquisadores da área da Educação, em particular para pesquisas em Avaliação Educacional.

A contribuição da Teoria Crítica para as pesquisas em avaliação educacional

As pesquisas qualitativas podem ser fundamentadas nos pressupostos teóricos da Teoria Crítica. Segundo Carspecken (2011, p. 396), “A pesquisa qualitativa crítica tem origem nos trabalhos de Paulo Freire (2000) e Paul Willis (1977)”. De acordo com Carspecken (2011), Michael Apple e Henry Giroux são os teóricos que a representam. No caso de Freire, segundo Carspecken (2011, p. 396), a pesquisa e a pedagogia unem-se para que “[...] a geração de conhecimento, a conscientização e a mobilização por mudança social se juntassem”.

As pesquisas em educação desenvolvidas a partir da Teoria Crítica primam tanto pela produção de conhecimento como pela promoção de intervenções críticas. Elas precisam ser concebidas como provocadoras da auto-reflexão, o que significa que as pesquisas na área da educação podem fomentar experiências educativas que incentivam a autonomia do sujeito e, ao mesmo tempo, podem possibilitar o fortalecimento de posturas críticas e de resistência na sociedade atual tão marcada pela desigualdade social.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa crítica não busca somente descrever a realidade social; ela tem, também, por projeto, a conscientização

e a exposição das formas de conhecer e de julgar o conhecimento discursivo. Para Carspecken (2011, p. 398), a “[...] pesquisa qualitativa crítica é informada por uma teoria epistemológica e social que esclarece a relação entre produção de conhecimento, ação, identidade humana, poder, liberdade e mudança social” (CARSPECKEN, 2011, p. 398).

Para os criticistas, cabe à pesquisa levar em consideração o contexto sócio-histórico e cultural, para compreender como os intérpretes e os objetos de interpretação são construídos, em determinado tempo e lugar, o que facilita o entendimento de dinâmicas e certas estruturas ocultas presentes em significados sociais e de valores. “A hermenêutica central de muitos trabalhos qualitativos críticos envolve as interações entre pesquisa, sujeito(s) e essas estruturas sócio-históricas que tem a função de situar” (KINCHELOE; MCLAREN, 2006, p. 290), e, assim, procura relacionar as questões cotidianas enfrentadas pelos indivíduos com as questões públicas do poder, da justiça e da democracia. Portanto:

A investigação que se aspira o nome *crítica* deve estar vinculada a uma tentativa de confrontar a injustiça de uma determinada sociedade ou esfera pública dentro da sociedade. A pesquisa torna-se, portanto, um esforço transformativo que não se incomoda com o rótulo *político* e nem tem medo de consumir uma relação com a consciência emancipatória. [...]. A pesquisa na tradição crítica assume a forma de crítica autoconsciente – autoconsciente no sentido de que os pesquisadores tentam ficar a par dos imperativos ideológicos e das pressuposições epistemológicas que invadem sua pesquisa e também suas próprias alegações subjetivas, intersubjetivas e normativas de referência. (KINCHELOE; MCLAREN, 2006, p. 293, grifos dos autores).

Na acepção dos autores, os pesquisadores críticos desenvolvem suas pesquisas, tendo como premissa a possibilidade de ações políticas para reparar as injustiças encontradas no campo ou construídas no próprio ato da pesquisa. Conforme Chizzotti (2001), ao adotar essa orientação, os pesquisadores partem de um fundamento teórico-epistemológico “[...] de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (CHIZOTTI, 2005, p. 79).

Como a educação é uma prática social, que resulta de condicionantes políticos, econômicos, sociais e culturais, a abordagem crítica em pesquisas educacionais pressupõe uma concepção unitária, coerente e orgânica do mundo e faz da crítica seu modelo paradigmático, de tal modo que não basta tentar compreender a realidade, faz-se necessário intervir nela visando a emancipação dos sujeitos.

Considerando a possibilidade da adoção dos fundamentos da Teoria Crítica para o desenvolvimento de estudos e de pesquisas no âmbito da educação e da avaliação educacional, apoia-se nas proposições de Cappelletti

(2012) quando ela afirma que se faz necessário dirigir esforços para que os pressupostos teóricos que as fundamentam estejam bem definidos e claros. A autora recomenda:

- a) posição clara diante da ação humana visando esclarecimento das pessoas que assumem, fazendo-as capazes de descobrir quais seus interesses e levando esses agentes à libertação das coerções, às vezes autoimpostas e sempre autofrustrantes;
- b) processo que estrutura uma forma de conhecimento;
- c) constructo epistemológico com adesão às teorias críticas, reflexivas, em que o autor se conhece ao conhecer, diferentemente do paradigma “objetificante” das ciências naturais. (CAPPELLETTI, 2012, p. 219, grifo da autora).

As pesquisas fundamentadas na Teoria Crítica, portanto, contrapõem-se às de cunho objetivista, de base positivista, e pressupõem uma visão dialética da realidade, uma *práxis*, ou seja, a maneira como se estabelecem os nexos entre teoria e prática são diferentes na teoria tradicional e na teoria crítica. A relação teoria e prática, na teoria crítica, implica autoatividade e espontaneidade em oposição à forma pragmatista e mecânica como se liga a teoria à prática na teoria tradicional (HORKHEIMER, 1991).

Na perspectiva crítica, as pesquisas têm um caráter dialógico, dialético e colaborativo. Há uma “[...] confluência de opiniões, valores, crenças e comportamentos divergentes e não de alguma falsa homogeneização imposta de fora. Além disso, as pessoas da comunidade absolutamente não são ‘objetos de conhecimento’; são colaboradores ativos no esforço de pesquisa” (ANGROSINO, 2009, p. 28, grifo do autor).

Cientes das múltiplas perspectivas teórico-epistemológicas que os pesquisadores críticos podem optar, considera-se importante a contribuição dos pressupostos da Teoria Crítica para a pesquisa em avaliação educacional. A opção pelo fundamento dialético crítico em pesquisa prima pela produção de conhecimento que visa a promoção, a autonomia e a emancipação humana, pressupondo, portanto, uma visão dialética da realidade, associando a teoria e a prática.

Para além do exposto, Cappelletti (2012, p. 214) indica que a pesquisa em avaliação educacional na perspectiva crítica “[...] busca a compreensão do objeto em situação, no diálogo intersubjetivo com os envolvidos e com a necessária teoria requerida”. Assim sendo, “[...] essa busca ocorre por intermédio de uma investigação que não ignora o contexto da situação em pauta para ressignificá-la e transformá-la”.

Convergindo com tais concepções de pesquisa em avaliação, Saul (2015) expõe dois objetivos da avaliação emancipatória: o primeiro é o

comprometimento com o futuro, as possíveis transformações, partindo do autoconhecimento crítico que permite clareza do real; já o segundo, baseia-se na crença de que o homem, por meio da consciência crítica, direcione ações no contexto em que vive e os valores com os quais se comprometem.

Embora não sejam novas as discussões sobre avaliação e pesquisa em avaliação, elas reaparecerem com força nos últimos anos no meio acadêmico e educacional. Segundo Afonso (2010), a problemática teórica e prática da avaliação educacional pode ser analisada a partir de múltiplos olhares e abordagens, porque:

O *campo* da avaliação educacional é, assim, muito vasto e heterogêneo, pressupondo distintas funções e dimensões, explícitas ou implícitas, de natureza social, pedagógica, ética, técnica, científica, simbólica, cultural, política, de controlo e de legitimação, e envolvendo também diferentes instituições (governamentais ou não), grupos e actores educativos, bem como distintos quadros de análise, paradigmas e metodologias. (AFONSO, 2010, p. 1, grifo do autor).

A partir das evidências expostas no diálogo com os autores contemplados neste estudo, conclui-se que as pesquisas qualitativas no âmbito educacional podem se beneficiar da perspectiva crítica como abordagem de pesquisa, em particular para estudos e pesquisas em avaliação educacional, tendo como categorias fundamentais além da *práxis*, o poder, a emancipação, a cultura, a ideologia e a justiça social.

Os pesquisadores que elegem a Teoria Crítica para embasar suas pesquisas estão cientes da possibilidade de descrever os processos sociais opressivos relacionados à educação, bem como de conferir um caráter ideológico às pesquisas na área. A principal ambição das pesquisas críticas em avaliação educacional encontra-se na possibilidade de unir a *práxis* e a produção do conhecimento com a luta política por mudanças na estrutura da sociedade, promovendo, assim, um processo emancipatório.

Considerações finais

Foi possível evidenciar, pelo exposto neste ensaio teórico, que os pressupostos da Teoria Crítica permitem ao pesquisador da área da educação – dentre outras questões – compreender a complexidade das relações sociais em uma sociedade estruturalmente opressora.

A origem da teoria, a partir do pensamento crítico de Marx sobre a política econômica da sociedade, provocou a abolição da neutralidade científica do pesquisador ao investigar a realidade social do tempo presente. Os principais teóricos críticos, oriundos da Escola de Frankfurt, reconhecem que as relações sociais são influenciadas pelo desenvolvimento econômico, mas acrescentam outros aspectos oriundos do contexto social igualmente

importantes. Dessa forma, além de admitir a divisão por classes sociais, a Teoria Crítica adiciona outras categorias de análise que se apresentam em uma relação de co-dependência e que são fundamentais para a apreensão da complexidade das relações sociais: a cultura, o poder, a emancipação, a ideologia e a justiça social.

Nesse panorama, a Teoria Crítica instiga os pesquisadores da educação, em particular os estudiosos em avaliação educacional, a questionarem e frequentemente revisarem sua percepção do mundo, abandonando a postura simplista que se diz dotada de neutralidade. A promoção da justiça social, conquistada por meio da diminuição da desigualdade e da apropriação da razão pelo pesquisador que busca interferir na dinâmica social, implica uma orientação para emancipação e um comportamento crítico.

A possibilidade para os pesquisadores da área da educação que foi apresentada pela Teoria Crítica consiste no desenvolvimento de pesquisas que produzam conhecimentos para compreensão da realidade investigada, com possibilidade de superação e de mudanças que dela emergem. Nessa perspectiva, as pesquisas qualitativas no âmbito da avaliação educacional, além de produzirem conhecimentos, compartilham de pressupostos teóricos que possibilitam a análise crítica da realidade por fazerem emergir processos mais emancipatórios e includentes.

Dessa forma, as pesquisas em educação embasadas pelos pressupostos críticos apresentam-se como uma possibilidade para o posicionamento político do pesquisador, bem como estabelece um precedente para possíveis intervenções na sociedade. Diante de tais constatações, é possível afirmar que a Teoria Crítica caracteriza uma opção pertinente aos pesquisadores que se posicionam preocupados em possibilitar reflexões e ações na realidade educacional, para além da pretensão de produzir novos conhecimentos em educação.

A proposta crítica traz o desafio da disponibilidade constante do pesquisador para (re)avaliar sua concepção de mundo, da dinâmica complexa da realidade social. Acredita-se, porém, que os desafios postos pela Teoria Crítica aos pesquisadores da área de educação, em particular de avaliação educacional, sejam diminuídos quando comparados as suas entusiasmantes possibilidades.

Referências

ACESSA.com. *Gramsci e o Brasil: vida e obra*. [200-]. Disponível em: <<http://www.gramsci.org/>>. Acesso em: 14 out. 2015.

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz & Terra, 1995.

- AFONSO, Almerindo J. Avaliação educacional. *Gestrado UFMG*. 2010. Disponível em: <<http://www.gestrado.net.br/?pg=dicionario-verbetes&id=363>>. Acesso em: 20 nov. 2015.
- ANGROSINO, Michael. *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- CAPPELLETTI, Isabel Franchi. Opções metodológicas em avaliação: saliências e relevâncias no processo decisório. *Roteiro*, Joaçaba, v. 37, p. 211-226, jul./dez. 2012.
- CARSPECKEN, Phil Francis. Pesquisa qualitativa crítica: conceitos básicos. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 395-424, mai./ago. 2011.
- CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FLICKINGER, Hans-Georg. Teoria crítica, educação e diversidade. *Roteiro*, Joaçaba, edição especial, p. 25-38, 2014.
- GIROUX, Henry. *Teoria crítica e resistência em educação*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Textos escolhidos*. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 31-68. (Coleção Os pensadores).
- KINCHELOE, Joe L; McLAREN, Peter. Repensando a Teoria crítica e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.) *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. p. 281-314.
- MATOS, Olgária Chain Feres. *A escola de Frankfurt: luzes e sombras do iluminismo*. São Paulo: Moderna, 1993.
- MELO, Rúrion. Teoria crítica e os sentidos da emancipação. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. 62, p. 249-262, mai./ago. 2011.
- MUSSE, Ricardo. Herdeiros do idealismo alemão. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 17, p. 31-37, jan. 1994.
- SANTOS, Tamires Dias dos. Theodor Adorno: uma crítica à indústria cultural. *Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 25-36, 2º quadrimestre de 2014.
- SAUL, Ana Maria. Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipatória. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1299-1311, dez. 2015.
- SILVA, Régis Henrique dos Reis; SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. Do esquema paradigmático à matriz epistemológica: sistematizando novos níveis de análise. *Educação Temática Digital*, Campinas, v. 16, n. 1, p. 48-66, jan./abr. 2014.
- VIEGAS, Moacir Fernando. Apontamentos sobre a categoria *práxis* na teoria crítica *Perspectiva*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 443-465, jul./dez. 2002.

NOTAS

ⁱ Marxismo designa tanto o pensamento de Karl Marx como também as diferentes correntes que se desenvolveram a partir do pensamento de Marx. A base material da sociedade, sua estrutura econômica e suas relações de produção são fundamentais na análise do pensamento marxista. O ponto de partida e de chegada é a prática social considerando o homem como síntese de múltiplas determinações, sujeito capaz de transformar a realidade, ator e criador da história (GIROUX, 1986; MATOS, 1993).

ⁱⁱ Verdinglichung, no original. A opção “coisificação” ou “coisificado” procurou veicular do modo mais simples, fluente e direto o que Adorno considerava ser o mais importante: atentar a conversão de uma relação humana em “coisa”, alterando-se por esta via a experiência. Adorno baseou seu conceito de Verdinglichung no uso que dele fez Lukács em História e Consciência de classe como aliás ocorreria com todos os integrantes da chamada Escola de Frankfurt, e existe uma tradição relativamente consolidada da versão por “reificação” no caso da obra de Lukács. A manutenção das características principais do fenômeno em ambos os autores, como a relação ao mecanismo da troca e a estrutura da mercadoria, bem como a dimensão formalista etc. permitem, porém, usar tanto coisificação como reificação nos textos de Adorno (ADORNO, 1995, p. 130).

ⁱⁱⁱ A opção deve-se a maior abordagem dessa categoria em produções acadêmicas já publicadas.

^{iv} Antonio Gramsci (1891- 1937) foi um importante pensador italiano que, além de escrever, atuava como jornalista, político (integrou o Partido Comunista) e militante pró-socialista e antifascista. Influenciado pela compreensão da sociedade de classes sociais proposta por Marx, apesar de divergências, redigiu várias reflexões sobre a sociedade, o Estado, os intelectuais, a educação, dentre outros temas afins (ACESSA.com, 200-).

^v Para melhor compreensão da concepção de Karl Marx acerca do tema emancipação, orienta-se a consulta das obras “Sobre a questão judaica” (1843) e “Glosas críticas marginais ao artigo ‘O rei da Prússia e a Reforma Social de um prussiano’” (1844).

^{vi} Marxismo ortodoxo é concebido aqui como a vertente do marxismo que interpreta a teoria de Karl Marx de maneira inflexível e dogmática no que diz respeito, principalmente, ao determinismo exercido pela estrutura econômica no âmbito das questões sociais (MUSSE, 1994).

^{vii} “O conceito de indústria cultural foi cunhado em 1940 por Theodor Adorno em coautoria com Marx Horkheimer na obra Dialética do Esclarecimento, substituindo a expressão ‘cultura de massa’, pois a mesma causava certa ambiguidade ao sugerir um sentido de uma cultura nascida espontaneamente das camadas populares” (SANTOS, 2014, p. 26, grifo da autora).

Sobre as autoras

Graciele Tozetto Goes é Professora do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Doutoranda em Educação UEPG, membro do Grupo de de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Avaliação - GEPPEA

Mary Ângela Teixeira Brandalise é Professora do Programa de Pós Graduação em Educação da UEPG. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Avaliação.

Bruna Mayara Bonatto é Fonoaudióloga; especialista em Saúde Pública; mestre em Ciências Sociais Aplicadas; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa

Giane Correia Silva é Licenciada em Matemática pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Membro do Grupo de Pesquisa Política Educacional e Avaliação do PPGE/UEPG. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia.

Recebido em 04/4/2016

Aceito para publicação: 10/12/2016